



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

CRISTINA DE OLIVEIRA GERONIMO

**CURRÍCULO PRESCRITO E CURRÍCULO PRATICADO: AS DATAS
COMEMORATIVAS E O TRABALHO EDUCATIVO NA ESCOLA**

Maceió
2026

CRISTINA DE OLIVEIRA GERONIMO

**CURRÍCULO PRESCRITO E CURRÍCULO PRATICADO: AS DATAS
COMEMORATIVAS E O TRABALHO EDUCATIVO NA ESCOLA**

**Artigo Científico apresentado ao Colegiado
do Curso de Pedagogia do Centro de
Educação da Universidade Federal de
Alagoas como requisito parcial para a
obtenção da nota final do Trabalho de
Conclusão de Curso (TCC).**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carolina Nozella Gama.

Maceió
2026

CRISTINA DE OLIVEIRA GERONIMO

CURRÍCULO PRESCRITO E CURRÍCULO PRATICADO:


as datas comemorativas e o trabalho educativo na escola

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 22/06/2026.


Orientador/a: Profa. Dra. Carolina Nozella Gama (CEDU/UFAL).

Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **CAROLINA NOZELLA GAMA**
Data: 23/06/2026 08:46:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof./a. Carolina Nozella Gama (CEDU/UFAL)

Presidente

Documento assinado digitalmente
 **KATIA MARIA SILVA DE MELO**
Data: 22/06/2026 19:51:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof./a.a. Kátia Maria Silva de Melo (CEDU/UFAL)

2º. Membro

Documento assinado digitalmente
 **AILTON COTRIM PRATES**
Data: 29/06/2026 01:28:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ailton Cotrim Prates (Campus Arapiraca/UFAL))

3º. Membro

CURRÍCULO PRESCRITO E CURRÍCULO PRATICADO: as datas comemorativas e o trabalho educativo na escola

Cristina de Oliveira Geronimo

cristina.geronimo@cedu.ufal.br

Carolina Nozella Gama

carolina.gama@cedu.ufal.br

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar o papel das datas comemorativas na organização do currículo no contexto das instituições escolares, discutindo suas relações com o currículo prescrito, o currículo desenvolvido na prática e a organização do trabalho educativo. Trata-se de um estudo de natureza teórica e bibliográfica, fundamentado em autores do campo do currículo e da pedagogia histórico-crítica, bem como em pesquisas que investigam a presença das datas comemorativas no cotidiano escolar. O trabalho discute o currículo como uma construção social e uma prática intencional, influenciada por aspectos culturais e pelas escolhas pedagógicas realizadas no cotidiano escolar. Argumenta-se que as datas comemorativas, enquanto práticas historicamente presentes na cultura escolar, influenciam diretamente a organização das atividades pedagógicas, podendo tanto favorecer contextualizações relevantes quanto provocar fragmentação dos conteúdos e interrupções na continuidade do ensino quando desenvolvidas de maneira acrítica. Conclui-se que a centralidade assumida por essas práticas no currículo praticado evidencia tensões entre tradição escolar, planejamento pedagógico e função social da escola, reforçando a importância de relacionar as práticas escolares aos objetivos formativos da escola, qual seja, a socialização do saber sistematizado, tendo em vista o desenvolvimento dos estudantes.

Palavras-chave: Currículo. Datas comemorativas. Trabalho pedagógico.

ABSTRACT

This article aims to analyse the role of commemorative dates in the organisation of the curriculum within the context of educational institutions, discussing their relationship with the prescribed curriculum, the curriculum as implemented in practice, and the organisation of educational work. This is a theoretical and bibliographical study, drawing on authors in the fields of curriculum studies and historical-critical pedagogy, as well as research investigating the presence of commemorative dates in everyday school life. The study discusses the curriculum as a social construct and an intentional practice, influenced by cultural aspects and by the pedagogical choices made in everyday school life. It is argued that commemorative dates, as practices historically present in school culture, directly influence the organisation of pedagogical activities; when implemented uncritically, they can either facilitate relevant contextualisation or lead to fragmentation of content and disruptions to the continuity of teaching. It is concluded that the central role assumed by these practices in the curriculum in practice highlights tensions between school tradition, pedagogical planning and the social function of the school, reinforcing the importance of linking school practices to the school's educational objectives, namely the socialisation of systematised knowledge, with a view to students' development.

Keywords: Curriculum. Commemorative dates. Pedagogical work.

1 INTRODUÇÃO

As datas comemorativas ocupam lugar recorrente no cotidiano das instituições escolares. Atividades relacionadas à Páscoa, ao Dia das Mães, à Festa Junina, ao Folclore, à Independência do Brasil, ao Natal e outras, frequentemente reorganizam o planejamento pedagógico, alteram rotinas escolares e mobilizam a realização de produções, apresentações e trabalhos manuais. Embora tais práticas estejam amplamente presentes na cultura escolar, sua centralidade no currículo e suas implicações para o processo de ensino e aprendizagem constituem objeto de debates no campo educacional.

A escolha do tema deste estudo decorre das vivências da autora como auxiliar de sala nos anos iniciais, experiência que possibilitou observar a forte presença das datas comemorativas na organização do trabalho educativo no cotidiano escolar. A frequência dessas atividades, muitas vezes priorizadas em relação aos conteúdos previstos no planejamento pedagógico, despertou reflexões sobre como essas práticas continuam fortemente presentes na rotina escolar e influenciam a organização do currículo no dia a dia da escola.

Desse modo, torna-se relevante investigar: de que maneira as datas comemorativas orientam o currículo escolar e quais impactos produzem na organização do trabalho pedagógico e na concretização da função social da escola? Essas atividades podem favorecer contextualizações culturais e aproximar determinados temas da realidade dos estudantes. Entretanto, presume-se que a sua realização não ocorre, predominantemente, de forma planejada e articulada aos objetivos formativos da escola. Em muitos casos, práticas comemorativas assumem caráter repetitivo, episódico e fragmentado, reorganizando o currículo em função do calendário festivo.

A discussão acerca dessa temática relaciona-se às tensões existentes entre currículo prescrito e currículo praticado. Enquanto os documentos curriculares estabelecem conteúdos, competências e objetivos considerados essenciais ao processo educativo, o currículo efetivamente desenvolvido nas escolas é atravessado por tradições, práticas culturais, escolhas docentes e demandas institucionais que frequentemente reconfiguram o planejamento pedagógico. Assim, compreender a presença das datas comemorativas na escola exige observar o currículo para além

dos documentos e orientações oficiais, considerando sua concretização no interior da cultura escolar.

Partindo dessas reflexões, o presente artigo tem como objetivo analisar os limites e as possibilidades do currículo organizado por datas comemorativas na concretização da função social da escola, discutindo suas relações com o currículo prescrito, o currículo desenvolvido na prática e a organização do trabalho educativo. Busca-se compreender de que maneira tais práticas se consolidam no cotidiano escolar e quais tensões produzem em relação à intencionalidade pedagógica e à função social da escola.

Trata-se de uma pesquisa de natureza teórica e bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais já elaborados, especialmente livros, artigos científicos e produções acadêmicas que abordam o currículo e a pedagogia histórico-crítica.

De acordo com Gil (2008, p. 71), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador o contato com um amplo conjunto de produções acerca do fenômeno investigado, contribuindo para a ampliação das análises e interpretações. Assim, a investigação fundamenta-se nas contribuições de Sacristán (2000), Saviani (2015), Pasqualini (2019), Malanchen (2016), Malanchen e Santos (2020), Libâneo (2006), Forquin (1993), Freire (2025), Maia (2011), Lira, Dominico e Martins (2018), Vieira e Ostetto (2018). A análise desenvolvida procura articular as discussões acerca da cultura escolar, da seleção curricular e da intencionalidade pedagógica à problematização das datas comemorativas no contexto escolar.

O artigo está organizado em dois eixos principais. Inicialmente, apresenta-se os procedimentos de investigação percorridos na realização do estudo. Depois, discute-se o currículo enquanto construção social e prática pedagógica, abordando as relações entre currículo prescrito, currículo praticado, cultura escolar e intencionalidade docente. Em seguida, analisa-se a presença das datas comemorativas nas instituições escolares, problematizando seus limites e possibilidades pedagógicas, bem como seus impactos na organização curricular e na continuidade do ensino. Por fim, expõe-se as considerações finais a partir do objetivo de pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

A presente pesquisa, de natureza teórica e bibliográfica, caracteriza-se, segundo Gil (2008, p. 71-72), como uma modalidade de investigação desenvolvida a partir de materiais já publicados, especialmente livros e artigos científicos, permitindo ao pesquisador ampliar a compreensão do fenômeno estudado por meio do diálogo com diferentes produções teóricas já existentes.

Nesse contexto, o despertar investigativo pela temática surgiu a partir do contato com estudos do campo do currículo e da pedagogia histórico-crítica, especialmente com as reflexões de Saviani (2015) acerca da função social da escola e dos riscos de que atividades secundárias assumam a centralidade no currículo. O autor chama atenção para situações em que atividades secundárias passam a ocupar lugar privilegiado no cotidiano escolar, observando que:

[...] o ano letivo começa na segunda quinzena de fevereiro e já em março temos a semana da revolução; em seguida, a semana santa, depois, a semana das mães, as festas juninas, a semana do soldado, semana do folclore, semana da pátria, jogos da primavera, semana da criança, semana do índio, etc., semana da asa... e nesse momento já estamos em novembro. O ano letivo se encerra e estamos diante da seguinte constatação: fez-se de tudo na escola; encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados (Saviani, 2015, p. 289).

Tal reflexão gerou indagações sobre o lugar ocupado pelas datas comemorativas no cotidiano escolar e sua relação com os objetivos formativos da educação. Essas inquietações orientaram a busca por estudos que discutem as relações entre currículo, cultura escolar e datas comemorativas, conduzindo o percurso teórico desenvolvido nesta pesquisa.

Para o levantamento bibliográfico, realizaram-se buscas no Google Acadêmico, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alagoas (SiBi-UFAL), utilizando descritores como “datas comemorativas na escola”, “currículo escolar”, “cultura escolar”.

Com base nos resultados obtidos, foram selecionadas obras que abordavam especificamente a relação entre currículo, cultura escolar e datas comemorativas, com destaque para os estudos de Maia (2011), Lira, Dominico e Martins (2018) e Vieira e Ostetto (2018), que investigam empiricamente a presença dessas práticas no cotidiano das instituições educativas. Também foram incorporadas obras de

referência do campo do currículo e da pedagogia histórico-crítica, entre elas Sacristán (2000), Forquin (1993), Libâneo (2006), Saviani (2015), Malanchen (2016) Malanchen e Santos (2020), Pasqualini (2019) e Freire (2025), que subsidiaram a discussão teórica desenvolvida ao longo do trabalho.

Registra-se, ainda, que este trabalho contou com o uso de Inteligência Artificial Generativa (ChatGPT), observando-se as orientações contidas no Referencial para desenvolvimento e uso responsáveis de inteligência artificial na educação, publicado pelo Ministério da Educação (Brasil, 2025). A ferramenta foi utilizada na etapa de revisão e aperfeiçoamento da redação final do texto, especialmente para identificação de inconsistências gramaticais, aprimoramento da coesão textual e verificação da clareza da escrita. A seleção das referências, o levantamento bibliográfico, a análise das obras consultadas, a construção da argumentação e a responsabilidade científica pelo conteúdo apresentado, permaneceram sob responsabilidade da autora.

3 CURRÍCULO, CULTURA ESCOLAR E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA

A compreensão da presença das datas comemorativas no cotidiano escolar requer uma análise das relações que constituem o currículo e orientam o trabalho educativo. Nesse sentido, torna-se necessário discutir o currículo não apenas em sua dimensão normativa, expressa nas orientações e prescrições oficiais, mas também em sua concretização no cotidiano escolar, por meio das práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas.

Além disso, compreender o papel da cultura escolar e dos processos de seleção curricular possibilita refletir sobre os conhecimentos, valores e práticas que são legitimados no interior da escola. Somado a isso, a discussão acerca do trabalho educativo e da intencionalidade pedagógica permite problematizar as escolhas realizadas pelos professores no planejamento e na condução das atividades escolares.

3.1 CURRÍCULO PRESCRITO E CURRÍCULO PRATICADO

O currículo escolar é um elemento central da organização do trabalho pedagógico e não se resume apenas a uma lista de conteúdos ou disciplinas. Ele

envolve escolhas, objetivos e concepções de educação construídas historicamente no contexto escolar e social. Dessa forma, compreender o currículo significa analisá-lo tanto nos documentos e orientações oficiais quanto na maneira como ele acontece, na prática, no cotidiano da escola.

A distinção entre currículo prescrito e currículo praticado encontra respaldo nas contribuições de J. Gimeno Sacristán, para quem o currículo se concretiza por meio de múltiplas mediações até sua realização na prática pedagógica. Segundo o autor, o currículo “modela-se dentro de um sistema escolar concreto” e adquire significado real nas práticas em que se realiza (Sacristán, 2000, p. 21). Assim, o currículo não se reduz aos documentos oficiais, mas envolve interpretações, reorganizações e ressignificações produzidas pelos sujeitos da escola.

Nessa perspectiva, pode-se compreender o currículo prescrito como correspondente às diretrizes, programas, normas e orientações oficiais elaboradas pelos sistemas educacionais, estabelecendo conteúdos, competências e objetivos considerados essenciais para o processo formativo. Já o currículo praticado refere-se ao modo como essas prescrições são interpretadas, reorganizadas e efetivamente concretizadas pelos professores no cotidiano escolar.

Essa distinção evidencia que o currículo não se realiza mecanicamente. Conforme Pasqualini (2019), o currículo constitui um meio do trabalho pedagógico e relaciona-se diretamente à intencionalidade pedagógica e às finalidades educativas. Sob essa ótica, a organização curricular envolve escolhas sobre a definição dos conhecimentos considerados relevantes para a formação dos estudantes. Assim, a problemática do currículo envolve a “seleção intencional e o sequenciamento dos conhecimentos que devem ser socializados para toda a população” (Malanchen, 2016, p. 176).

Sob essa perspectiva, o currículo também envolve escolhas sobre quais conhecimentos serão considerados mais importantes no processo educativo. Não se trata de uma decisão neutra, mas de um processo permeado por disputas culturais, sociais e ideológicas. Conforme destaca Saviani (2015, p. 288), “[...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado”. Para o autor, “é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar” (Saviani, 2015, p. 288). Assim, o currículo deve organizar-se de modo a garantir aos estudantes o acesso aos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos considerados fundamentais à formação humana.

Malanchen (2016, p. 47) tece crítica às perspectivas curriculares influenciadas pelo relativismo cultural e pela valorização excessiva da diversidade desvinculada da centralidade do conhecimento escolar, uma vez que tais concepções podem contribuir para a fragmentação do currículo e para o enfraquecimento da função formativa da escola.

Dessa forma, o currículo praticado nem sempre corresponde integralmente ao currículo prescrito. Na prática, o planejamento escolar também sofre influência de tradições da própria escola, demandas institucionais e escolhas feitas pelos professores no cotidiano da sala de aula. É justamente nesse espaço de mediação entre prescrição e prática que determinadas atividades ganham centralidade no cotidiano escolar, entre elas as datas comemorativas, muitas vezes incorporadas à rotina pedagógica independentemente de sua relevância efetiva para os objetivos formativos do currículo.

Assim, compreender as relações entre currículo prescrito e currículo praticado torna-se fundamental para analisar criticamente como determinadas práticas escolares se consolidam e passam a influenciar a organização do ensino nas instituições escolares.

3.2 CULTURA ESCOLAR E SELEÇÃO CURRICULAR

Ao discutir o currículo, torna-se indispensável compreender sua relação com a cultura escolar (Forquin, 1993). Isso porque, como já salientado, o currículo não se limita aos documentos oficiais ou aos conteúdos formalmente estabelecidos pelas políticas educacionais; ele também é constituído pelas práticas, valores, tradições e rotinas historicamente produzidas no interior das instituições de ensino.

Nesse sentido, Jean-Claude Forquin (1993) compreende a cultura como um amplo patrimônio simbólico e social produzido historicamente pela humanidade, envolvendo conhecimentos, valores, crenças, hábitos, linguagens e formas de expressão. Entretanto, a escola não transmite a totalidade dessa cultura, operando necessariamente por meio de processos de seleção. Para o autor, “a cultura é considerada como um repertório, um fundo, um tesouro no interior do qual a educação efetua, de certo modo, extratos para fins didáticos” (Forquin, 1993, p. 38).

Essa formulação evidencia que o currículo resulta de escolhas culturais. Determinados conhecimentos, valores e práticas são legitimados como dignos de

transmissão escolar, enquanto outros permanecem à margem ou invisibilizados. Assim, o currículo não pode ser entendido como neutro ou natural, mas como expressão de disputas em torno daquilo que deve ser socialmente valorizado e ensinado.

Malanchen e Santos (2020) destacam que determinadas reformas curriculares contemporâneas tendem a relativizar a centralidade do conhecimento sistematizado, favorecendo a fragmentação curricular e o enfraquecimento da função formativa da escola. Para as autoras, a organização curricular relaciona-se diretamente às concepções de conhecimento, sociedade e formação humana presentes nas políticas educacionais.

Essa discussão aproxima-se das formulações de Saviani acerca da função social da escola. Para o autor,

[...] a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem se organizar a partir dessa questão (Saviani, 2015, p. 288).

Nessa perspectiva, a especificidade da educação escolar reside na transmissão do conhecimento elaborado historicamente pela humanidade. Assim, cabe à escola garantir às novas gerações o acesso aos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos sistematizados, possibilitando a apropriação crítica da cultura humana.

De tal modo, a seleção curricular deve orientar-se por critérios pedagógicos e formativos, e não apenas por demandas imediatas do cotidiano escolar ou por tradições consolidadas culturalmente. Saviani (2015, p. 287) destaca que o trabalho educativo exige “a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados” pelos estudantes, distinguindo “o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório”. Nessa direção, o autor ressalta a importância dos conhecimentos clássicos, compreendidos como aquilo que “se firmou como fundamental, como essencial”, constituindo referência para a compreensão da realidade social e humana.

Para Juliana Pasqualini (2019, p.6) o currículo deve relacionar-se à intencionalidade pedagógica e à formação do sujeito da práxis. Segundo a autora, “quem guia a seleção dos conteúdos da cultura é, em primeira instância, a intencionalidade pedagógica”. Diante disso, “é preciso escolher os meios adequados

ao objetivo, o que significa selecionar conhecimentos que atendam à intencionalidade pedagógica histórico-crítica de formação do sujeito da práxis”. Assim, a organização curricular deve articular-se intencionalmente aos objetivos formativos da escola, evitando processos de fragmentação e esvaziamento do conhecimento escolar.

Nesse contexto, a cultura escolar desempenha papel significativo na realização do currículo no dia a dia da escola. Muitas práticas desenvolvidas cotidianamente nas escolas não decorrem diretamente das prescrições curriculares oficiais, mas de tradições historicamente vividas no interior das instituições. Entre essas práticas, destacam-se as datas comemorativas, frequentemente incorporadas ao planejamento pedagógico como parte da rotina escolar.

A presença constante dessas atividades mostra como aspectos da cultura escolar influenciam a organização do tempo, das atividades e dos conteúdos trabalhados na escola. Assim, analisar a presença das datas comemorativas na escola exige compreender o currículo não apenas pelos documentos oficiais, mas também pelas práticas construídas no cotidiano escolar.

3.3 TRABALHO EDUCATIVO E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA

Como já referido, o trabalho educativo constitui elemento fundamental na concretização do currículo escolar. Embora os sistemas educacionais estabeleçam orientações, conteúdos e objetivos gerais para o ensino, é na prática cotidiana do professor que o currículo ganha materialidade, sendo interpretado, reorganizado e desenvolvido no interior da sala de aula.

Nesse sentido, Libâneo destaca que a prática educativa não ocorre de forma espontânea ou neutra, mas é orientada por finalidades conscientes e intencionais. Segundo o autor, “há uma intencionalidade, uma consciência por parte do educador quanto aos objetivos e tarefas que deve cumprir” (Libâneo, 2006, p. 17). O trabalho docente envolve, portanto, planejamento, seleção de conteúdos, definição de estratégias metodológicas e organização intencional das condições de ensino e aprendizagem.

A intencionalidade pedagógica relaciona-se diretamente à compreensão de educação assumida pelo professor e pela instituição escolar. Toda prática educativa expressa determinadas concepções de conhecimento, de formação humana e de sociedade, influenciando as escolhas curriculares realizadas no cotidiano escolar.

Assim, as decisões pedagógicas não são apenas técnicas, mas também políticas e culturais.

Saviani reforça essa compreensão afirmando que a educação constitui uma prática intencional voltada à formação humana. Para o autor, “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 2015, p. 287). Nessa perspectiva, o objeto da educação envolve tanto “a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados” quanto “a descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo” (Saviani, 2015, p. 287).

Essa perspectiva evidencia que o professor não atua apenas como executor de prescrições curriculares, mas como sujeito ativo na mediação do conhecimento escolar. É ele quem organiza o processo pedagógico, estabelece prioridades, interpreta os conteúdos e define como determinados temas serão abordados no contexto da prática educativa.

Paulo Freire também ressalta a importância da reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Para ele, “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática” (Freire, 2025, p. 24). Sem essa reflexão, a prática docente corre o risco de reduzir-se a mero ativismo, marcado pela repetição de atividades desprovidas de significado formativo.

Aplicada à discussão curricular, essa compreensão permite problematizar a incorporação automática de determinadas práticas escolares ao planejamento pedagógico. Muitas vezes, as atividades são reproduzidas em razão da tradição escolar ou de expectativas sociais, sem reflexão crítica acerca de sua efetiva contribuição para os objetivos formativos da educação escolar.

Sob essa ótica, as datas comemorativas ocupam posição relevante. Sua presença recorrente no cotidiano das escolas frequentemente mobiliza reorganizações do planejamento, alteração de rotinas e desenvolvimento de atividades específicas. Entretanto, nem sempre essas práticas estão articuladas aos conteúdos curriculares ou aos objetivos pedagógicos previstos.

Quando desenvolvidas sem mediação crítica e intencionalidade pedagógica consistente, tais atividades podem contribuir para a fragmentação curricular e para o enfraquecimento da continuidade do ensino. Em contrapartida, quando integradas de forma planejada ao currículo escolar, podem favorecer contextualizações, problematizações e ampliação do repertório cultural dos estudantes.

Dessa forma, compreender o papel da intencionalidade docente torna-se fundamental para analisar criticamente as tensões existentes entre currículo prescrito, currículo praticado e cultura escolar, especialmente no que se refere à centralidade assumida pelas datas comemorativas no contexto escolar.

4 DATAS COMEMORATIVAS E A MATERIALIZAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

As reflexões desenvolvidas acerca do currículo, da cultura escolar e da intencionalidade pedagógica permitem compreender que as práticas escolares não se organizam apenas a partir das prescrições curriculares formais. Nesse contexto, torna-se relevante analisar como as datas comemorativas se inserem no cotidiano da escola e influenciam a organização do trabalho pedagógico.

4.1 AS DATAS COMEMORATIVAS COMO EXPRESSÃO DA CULTURA ESCOLAR

As datas comemorativas ocupam espaço recorrente no cotidiano das instituições escolares. Atividades relacionadas à Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Dia do Folclore, Independência do Brasil, Natal, entre outras celebrações, frequentemente reorganizam o planejamento pedagógico, alterando rotinas, conteúdos e metodologias de ensino.

Ao investigar duas instituições de Educação Infantil no estado do Rio de Janeiro, Maia (2011, p. 6) analisa um currículo organizado em torno das datas comemorativas do calendário civil e religioso. A autora buscou compreender por que essas práticas assumem lugar de destaque no cotidiano escolar, examinando suas relações com o planejamento pedagógico, as interações entre adultos e crianças e as aprendizagens produzidas nesse contexto. Como resultado, demonstra que muitas escolas estruturam o currículo em torno dessas comemorações, fazendo com que elas organizem o planejamento anual e, não raramente, se sobreponham aos interesses e às necessidades das crianças (Maia, 2011, p. 23-26).

Esses achados evidenciam que o currículo escolar não é constituído apenas pelos documentos oficiais, mas também pelas práticas e tradições construídas no cotidiano da escola. Em consonância com essa perspectiva, Lira, Dominico e Martins (2018, p. 142-147) afirmam que as celebrações e festividades foram naturalizadas na

cultura escolar, passando a integrar o planejamento pedagógico de forma recorrente e, muitas vezes, fragmentada. Segundo as autoras, essa dinâmica se materializa em “festividades que incluem apresentações, lembrancinhas e danças, além de semanas temáticas” (Lira; Dominico; Martins, 2018, p. 137), revelando um currículo que se constitui não apenas pelas prescrições oficiais, mas também pelas práticas institucionais e tradições escolares.

Na mesma direção, Vieira e Ostetto (2018, p. 1) analisam as concepções de professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre as datas comemorativas, especialmente o Dia das Mães e o Dia dos Pais, buscando compreender como essas comemorações são incorporadas às práticas escolares e às aulas de História.

A pesquisa buscou compreender de que maneira os docentes atribuem significado a essas datas, como as desenvolvem no cotidiano escolar e quais impactos percebem para a aprendizagem e para a inclusão dos estudantes. Os resultados evidenciam que as próprias professoras reconhecem que o trabalho com datas comemorativas, quando realizado de forma isolada, não favorece a contextualização dos conhecimentos nem contribui para aprendizagens significativas, interrompendo, muitas vezes, o desenvolvimento do planejamento pedagógico (Vieira; Ostetto, 2018, p. 12).

As autoras também apontam que essas práticas tendem a transformar as crianças em executoras de atividades repetitivas e pouco significativas, além de reforçarem um modelo único de família, desconsiderando a diversidade das configurações familiares presentes na escola (Vieira; Ostetto, 2018, p. 9-10).

Nessa perspectiva, o estudo de Vieira e Ostetto reforça as conclusões de Maia (2011) ao demonstrar que a permanência das datas comemorativas no currículo escolar está relacionada à reprodução de tradições institucionalizadas frequentemente pouco problematizadas no âmbito pedagógico.

As evidências apresentadas por Maia (2011) e Vieira e Ostetto (2018) podem ser compreendidas à luz da perspectiva de Forquin (1993), para quem a escola realiza continuamente um processo de seleção cultural, definindo quais elementos da cultura serão legitimados e transmitidos às novas gerações. Nesse sentido, a presença constante das datas comemorativas no currículo praticado revela que determinadas tradições, valores e representações sociais adquirem centralidade no espaço escolar, integrando-se às práticas pedagógicas cotidianas e influenciando a organização do currículo.

Essa dinâmica aproxima-se da compreensão de Sacristán acerca do currículo enquanto construção social e práxis. Para o autor, “o currículo é uma práxis antes que um objeto estático” (Sacristán, 2000, p. 15), ganhando forma por meio das práticas desenvolvidas no cotidiano escolar. Nesse processo, a prática educativa relaciona-se diretamente aos “usos, tradições, técnicas e perspectivas dominantes em torno da realidade do currículo” (Sacristán, 2000, p. 9). Assim, muitas atividades desenvolvidas pelos professores decorrem menos das prescrições curriculares formais e mais das tradições institucionalizadas no cotidiano da escola.

Nesse contexto, as datas comemorativas podem ser compreendidas como manifestações da cultura escolar, isto é, práticas reiteradas historicamente e incorporadas ao funcionamento das instituições educativas. A permanência dessas atividades ao longo do tempo demonstra como determinadas tradições escolares continuam influenciando a organização do currículo na prática, mesmo sem ocupar posição central nos documentos curriculares oficiais.

Freire (2025) contribui para essa reflexão ao enfatizar a necessidade de uma prática pedagógica criticamente fundamentada. Para o autor, a educação não pode limitar-se à reprodução mecânica de hábitos ou atividades socialmente consolidadas, exigindo permanente reflexão acerca dos sentidos e finalidades do trabalho educativo. À luz dessa compreensão, quando determinadas práticas são incorporadas ao cotidiano escolar apenas pela força da repetição ou da tradição, sem mediação crítica, corre-se o risco de transformar o ensino em ativismo pedagógico desprovido de significado formativo.

Assim, compreender as datas comemorativas como expressão da cultura escolar permite problematizar a maneira pela qual determinadas práticas adquirem legitimidade no interior da escola, influenciando a organização curricular e a própria definição do que passa a ser considerado relevante no processo educativo.

4.2 FRAGMENTAÇÃO CURRICULAR E DESCONTINUIDADE DO ENSINO

Embora as datas comemorativas possam integrar o cotidiano escolar de diferentes maneiras, sua incorporação ao currículo nem sempre ocorre de forma articulada aos objetivos formativos da educação escolar. Em muitos contextos, essas atividades assumem caráter episódico e descontínuo, reorganizando o planejamento

pedagógico em função do calendário comemorativo e produzindo rupturas na sistematização dos conteúdos.

Saviani (2015) afirma que a função específica da escola consiste na socialização do saber sistematizado, isto é, do conhecimento historicamente elaborado pela humanidade. Segundo o autor, “a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (Saviani, 2015, p. 288). Nessa perspectiva, o currículo deve organizar-se a partir dessa finalidade, uma vez que “é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar” (Saviani, 2015, p. 288), assegurando continuidade, progressividade e coerência ao processo de ensino.

Entretanto, quando determinadas práticas passam a ocupar centralidade excessiva no cotidiano escolar, existe o risco de deslocamento da atividade nuclear da escola. Saviani (2015, p. 289) adverte que, quando “tudo o que acontece na escola é currículo”, “o secundário pode tomar o lugar daquilo que é principal”. Nessa direção, o autor observa que, ao final do ano letivo, frequentemente

[...] fez-se de tudo na escola; encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. Isto quer dizer que se perdeu de vista a atividade nuclear da escola, isto é, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado (Saviani, 2015, p. 289).

Tal processo desloca o foco da transmissão do saber sistematizado, afastando a escola de sua função principal no processo de ensino, que é o processo de desenvolvimento dos sujeitos nas suas máximas possibilidades, dentro das condições históricas atuais.

Essa discussão aproxima-se das formulações de Pasqualini (2019), que compreende o currículo como expressão de determinada intencionalidade educativa articulada à relação entre escola e sociedade. Nessa perspectiva, o currículo atua como um instrumento do trabalho pedagógico, articulando-se aos objetivos formativos da escola e à formação crítica dos estudantes.

Assim, a seleção e organização dos conteúdos escolares não ocorrem de maneira neutra, mas vinculam-se às finalidades educativas e à socialização intencional do conhecimento historicamente produzido, evitando fragmentações que comprometam a unidade do processo educativo.

A centralidade assumida pelas datas comemorativas nas escolas frequentemente se expressa na produção de atividades decorativas, ensaios,

apresentações, confecção de lembranças e trabalhos manuais, frequentemente desvinculados do aprofundamento conceitual e da problematização crítica. Em muitos casos, conteúdos previamente planejados são interrompidos para dar lugar a atividades alusivas relacionadas ao calendário festivo. Em algumas situações, semanas inteiras do planejamento escolar passam a ser organizadas em função das comemorações e apresentações previstas no calendário escolar.

Maia (2011, p. 25-27) também evidencia que a preparação para as comemorações frequentemente mobiliza ensaios, produções artísticas, decoração dos espaços e organização de apresentações destinadas às famílias, fazendo com que parte significativa do tempo escolar seja reorganizada em função do calendário comemorativo.

Ao problematizar essas práticas, Lira, Dominico e Martins (2018, p. 137) afirmam que o planejamento baseado em datas comemorativas frequentemente trata os conteúdos “de forma superficial e muitas vezes estereotipada”. Ao analisarem o cotidiano das instituições de ensino, as autoras descrevem práticas relacionadas ao chamado “Dia do Índio”, nas quais crianças realizavam danças com músicas infantis, utilizavam cocares confeccionados em EVA e pinturas feitas pelas professoras. Segundo Lira, Dominico e Martins (2018, p. 141-142) essas situações revelam “como tem sido encaminhado o cotidiano do trabalho pedagógico na Educação Infantil com as datas comemorativas”, marcado por apresentações, atividades repetitivas e reorganização constante do planejamento em função do calendário escolar.

Vieira e Ostetto (2018) também observam que a permanência das datas comemorativas no cotidiano escolar decorre, muitas vezes, da reprodução de práticas historicamente consolidadas, sem que a escola promova reflexões acerca da necessidade ou das finalidades pedagógicas de sua manutenção. Segundo as autoras, embora ocorram alterações pontuais nas músicas, lembranças ou atividades propostas, a lógica das comemorações permanece praticamente inalterada, reproduzindo-se ano após ano como parte de uma tradição institucionalizada (Vieira; Ostetto, 2018, p. 10).

Ao investigarem as concepções de professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental, verificaram ainda que essas atividades somente adquirem potencial educativo quando desenvolvidas de forma contextualizada e interdisciplinar. As docentes entrevistadas ressaltaram que as datas comemorativas não deveriam interromper o planejamento escolar, mas integrar-se ao processo de ensino de modo

articulado aos conteúdos curriculares, evitando que se "fechem em si mesmas", sem maiores intencionalidades voltadas à construção do conhecimento dos estudantes (Vieira; Ostetto, 2018, p. 12).

Essa dinâmica evidencia que a reorganização do currículo em função de eventos pontuais pode comprometer a continuidade do ensino e o desenvolvimento dos conteúdos escolares que necessitam ser apreendidos, incidindo sobre o desenvolvimento dos alunos.

Conforme destaca Libâneo (2006, p. 22) o ensino "cria condições metodológicas e organizativas para o processo de transmissão e assimilação de conhecimentos" voltadas ao desenvolvimento intelectual dos estudantes. Desse modo, o trabalho docente exige planejamento e organização consciente das atividades pedagógicas. Quando o planejamento é constantemente interrompido por atividades pontuais e desarticuladas, comprometem-se a continuidade do ensino e a coerência do processo pedagógico.

Lira, Dominico e Martins (2018, p. 142) observam que "a marca do trabalho com as datas comemorativas é a fragmentação dos conhecimentos", uma vez que os temas e atividades são constantemente alterados em razão das comemorações previstas no calendário escolar. Segundo as autoras, essa dinâmica tende a deslocar o foco de questões curriculares importantes para atividades episódicas, frequentemente desvinculadas das experiências e necessidades reais das crianças.

Além disso, determinadas datas comemorativas acabam sendo trabalhadas de maneira superficial, reduzidas à reprodução de símbolos, estereótipos ou práticas repetitivas pouco relacionadas à construção crítica do conhecimento. Nesses casos, a atividade escolar pode assumir caráter meramente ritualístico, desvinculando-se da função formativa da educação escolar.

As autoras também criticam a realização de "atividades repetitivas, destituídas de significado e participação efetiva das crianças", destacando que tais práticas podem deslocar a atenção de questões curriculares importantes para a formação do estudante (Lira; Dominico; Martins, 2018, p. 138).

Dessa forma, a centralidade atribuída às datas comemorativas no currículo praticado pode dificultar a continuidade do ensino, especialmente quando essas atividades não estão articuladas aos objetivos pedagógicos e aos conteúdos trabalhados na escola.

4.3 POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS E LIMITES FORMATIVOS

A crítica à centralidade das datas comemorativas no cotidiano escolar não implica defender sua completa exclusão das práticas pedagógicas. O problema central não reside na existência dessas atividades, mas na maneira como são incorporadas ao currículo e desenvolvidas no interior do trabalho pedagógico.

Ao longo de sua pesquisa, Maia (2011) problematiza a naturalização das datas comemorativas no currículo e defende a construção de práticas pedagógicas que reconheçam as crianças como sujeitos históricos e produtores de cultura. Nessa perspectiva, a autora propõe pensar o currículo para além da repetição anual de comemorações e atividades ritualizadas presentes no cotidiano escolar.

Quando articuladas criticamente ao planejamento escolar, as datas comemorativas podem constituir importantes possibilidades pedagógicas. Elas podem favorecer a contextualização histórica e cultural dos conteúdos, estimular reflexões sociais relevantes e ampliar o repertório cultural dos estudantes. Além disso, determinadas comemorações podem servir como ponto de partida para discussões sobre identidade, memória, diversidade cultural e processos históricos.

Sob essa perspectiva, Maia (2011) defende a necessidade de pensar o currículo como experiência de cultura, considerando as crianças como sujeitos históricos e produtores de cultura, e não apenas como participantes passivos de práticas repetidas anualmente no cotidiano escolar.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Vieira e Ostetto (2018), para quem o trabalho com as datas comemorativas exige considerar os diferentes significados e impactos que essas práticas podem produzir no processo de aprendizagem. As autoras ressaltam que a organização dessas atividades deve ultrapassar a simples reprodução de comemorações tradicionais, reconhecendo a importância de ouvir as crianças e de considerar suas experiências e modos de compreender a realidade, de modo que tais práticas adquiram efetivo sentido educativo (Vieira; Ostetto, 2018, p. 15).

Essas contribuições convergem ao defender que o potencial educativo das datas comemorativas depende da intencionalidade pedagógica que orienta sua inserção no currículo.

De maneira semelhante, Lira, Dominico e Martins (2018, p. 139) defendem a necessidade de problematizar o lugar assumido pelas datas comemorativas no

planejamento escolar, questionando os sentidos e significados que essas práticas assumem no desenvolvimento das crianças.

Sacristán destaca que o currículo concretiza-se por meio das mediações produzidas no contexto da prática pedagógica, adquirindo significado real nas práticas em que se realiza (Sacristán, 2000, p. 21). Para o autor, é nas atividades desenvolvidas por professores e alunos que o currículo ganha concretude e sentido pedagógico. Assim, cabe ao professor atribuir significado educativo às atividades desenvolvidas na escola, articulando-as aos objetivos formativos do currículo e evitando que se reduzam a ações isoladas ou meramente decorativas.

Libâneo também enfatiza que o trabalho docente exige intencionalidade pedagógica consciente, planejamento e organização sistemática do ensino. Segundo o autor, “a atividade principal do profissional do magistério é o ensino, que consiste em dirigir, organizar, orientar e estimular a aprendizagem escolar dos alunos” (Libâneo, 2006, p. 16). Desse modo, atividades relacionadas às datas comemorativas somente adquirem potencial formativo quando articuladas aos conteúdos escolares e às finalidades educativas da escola, evitando reduzir-se a ações pontuais e descontextualizadas.

Freire (2025) defende a necessidade de uma prática pedagógica reflexiva e problematizadora. Para o autor, o ensino não pode limitar-se à reprodução mecânica de conteúdos ou tradições, devendo possibilitar aos estudantes compreender criticamente a realidade social. Assim, trabalhar datas comemorativas de forma crítica implica superar abordagens superficiais e promover reflexão acerca dos sentidos históricos, culturais e políticos dessas celebrações.

Malanchen e Santos (2020) ressaltam que a organização curricular expressa determinadas concepções de conhecimento, formação humana e sociedade, influenciando diretamente os conteúdos selecionados e as finalidades atribuídas ao processo educativo. Nesse contexto, a escola deve assegurar o acesso ao conhecimento historicamente produzido, evitando a fragmentação e superficialização do currículo.

Sob essa ótica, determinadas datas comemorativas podem adquirir relevância pedagógica quando relacionadas aos objetivos curriculares e desenvolvidas de forma problematizadora. As atividades desenvolvidas em torno do Dia Nacional da Consciência Negra, por exemplo, podem favorecer discussões acerca do racismo estrutural, da história da população negra no Brasil e das desigualdades sociais. Da

mesma forma, atividades relacionadas ao folclore podem contribuir para reflexões sobre cultura popular, identidade cultural e diversidade regional.

Entretanto, quando trabalhadas apenas como eventos festivos ou atividades decorativas, essas práticas tendem a reforçar superficialidade pedagógica e fragmentação curricular. A ausência de mediação crítica pode transformar o currículo em uma sequência de atividades pontuais desvinculadas dos conteúdos e objetivos do ensino escolar.

Dessa forma, a análise das datas comemorativas no currículo escolar exige reconhecer tanto suas possibilidades pedagógicas quanto seus limites. Conforme problematizam Maia (2011), Vieira e Ostetto (2018) e Lira, Dominico e Martins (2018), o desafio não está simplesmente na presença dessas práticas na escola, mas na forma como são incorporadas ao planejamento pedagógico. Mais do que promover celebrações do calendário escolar, é necessário desenvolver essas atividades de maneira articulada aos objetivos educativos da escola, contribuindo para a formação crítica dos estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que as datas comemorativas ocupam lugar significativo no cotidiano escolar, influenciando a organização do tempo, das atividades e do currículo efetivamente desenvolvido na escola. Embora nem sempre estejam previstas com centralidade nos documentos curriculares, essas práticas integram a cultura escolar e participam da materialização do currículo no contexto das instituições educacionais.

As discussões realizadas evidenciaram que o currículo não se concretiza de forma automática a partir das prescrições oficiais. As contribuições teóricas analisadas apontam que sua realização envolve processos de interpretação, seleção e mediação que expressam determinadas concepções de conhecimento, formação humana e função social da escola. Nesse contexto, as datas comemorativas podem assumir diferentes significados pedagógicos, a depender da forma como são incorporadas ao planejamento e ao trabalho educativo.

Os estudos de Maia (2011), Lira, Dominico e Martins (2018) e de Vieira e Ostetto (2018) possibilitaram compreender que, em muitas situações, as datas

comemorativas acabam organizando parte significativa da rotina escolar por meio de apresentações, ensaios, lembranças, produções artísticas e atividades temáticas. Nessa perspectiva, quando desenvolvidas de maneira repetitiva e desvinculada dos objetivos formativos da escola, essas práticas podem favorecer a fragmentação curricular, interromper a continuidade do ensino e reduzir as possibilidades de aprofundamento dos conhecimentos organizados e socialmente construídos.

Diante disso, observa-se que há limites na forma superficial e privilegiada como as datas comemorativas tem sido incorporadas ao currículo escolar, guiando o trabalho educativo nas escolas. Quando articuladas de maneira intencional aos objetivos formativos da escola, tais atividades podem favorecer contextualizações relevantes. Contudo, quando assumem centralidade no currículo e no planejamento, de forma repetitiva e desvinculada dos conhecimentos escolares, tendem a esvaziar a função social da escola, comprometendo a continuidade do ensino e o acesso aos conhecimentos sistematizados, historicamente elaborados, fundamentais ao processo de humanização dos indivíduos. Por isso, conforme apontam os estudos de (Saviani, 2015), Malanchen (2016) e Pasqualini (2019), é fundamental que o currículo escolar e trabalho educativo sejam orientados por uma intencionalidade consciente, capaz de garantir o cumprimento da função social da escola, como espaço de socialização da ciência, da arte e da filosofia.

Diante do exposto, este estudo aponta que as datas comemorativas fazem parte da cultura escolar e podem constituir oportunidades de contextualização histórica, cultural e social. Entretanto, sua presença no currículo somente se justifica quando subordinada aos objetivos formativos da escola e articulada ao conhecimento sistematizado. Não parece compatível com a função social da instituição escolar que o planejamento pedagógico seja conduzido prioritariamente pelo calendário comemorativo, em detrimento da concretização de um ensino desenvolvente. Afinal, a apropriação dos conhecimentos sistematizados é fundamental para a ampliação da capacidade explicativa e da atuação transformadora da realidade.

Assim, defende-se que as datas comemorativas deixem de ocupar uma posição central na organização do trabalho educativo e passem a constituir recursos pedagógicos intencionalmente planejados, integrados ao currículo e orientados pela finalidade maior da educação escolar: assegurar aos estudantes o acesso aos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos indispensáveis à sua formação humana.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Referencial para desenvolvimento e uso responsáveis de inteligência artificial na educação**. Ministério da Educação. Brasília, DF: Iara Christina Silva Barroca, 2025.
- FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 81. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006.
- LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; DOMINICO, Eliane; MARTINS, Lilian. Currículo e planejamento na Educação Infantil: datas comemorativas em debate. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 23, n. 1, p. 137-153, jan./abr. 2018.
- MAIA, Marta Nidia Varella Gomes. **Educação Infantil: com quantas datas se faz um currículo?** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- MALANCHEN, Julia; SANTOS, Silvia Alves. Políticas e reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica versus a Base Nacional Curricular Comum e a pedagogia das competências. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 20, 2020.
- MALANCHEN, Julia. **Cultura, conhecimento e currículo: contribuições da pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.
- PASQUALINI, Juliana Campregher. Três teses histórico-críticas sobre o currículo escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e214167, 2019.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015.
- VIEIRA, Alessandra Grunow; OSTETTO, Lucy Cristina. “Acabem com o tormento das festas de Dia das Mães da escola, aproveitem e cancelem a do Dia dos Pais também”: o olhar das professoras sobre as datas comemorativas no Ensino Fundamental. **Saberes Pedagógicos**, Criciúma, v. 2, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/4245>. Acesso em: 22 jun. 2026.